



GOVERNO DE SERGIPE
CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO Nº 14/2005

De 05 de Outubro de 2005

Convoca Municípios para o licenciamento ambiental de sistemas adequados de disposição final de resíduos sólidos e dá outras providências.

O Conselho Estadual de Controle do Meio Ambiente - CECMA, no uso das competências legais e regimentais e,

CONSIDERANDO que todos os municípios sergipanos adotam a disposição de lixo a céu aberto como forma de destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

CONSIDERANDO que o lançamento de lixo a céu aberto provoca degradação e poluição ambiental, além de provocar danos à saúde humana, pela geração de percolados, gases e proliferação de vetores (moscas, mosquitos, ratos, baratas e outros).

CONSIDERANDO a necessidade de se dar destinação adequada aos resíduos sólidos,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados todos os municípios sergipanos para o licenciamento ambiental de sistemas adequados de destinação final de resíduos sólidos urbanos, de acordo com o seguinte cronograma:

I - até março de 2006 deve ser protocolado o Formulário para coleta de dados do serviço municipal de limpeza urbana e da gestão de resíduos sólidos.

II - até junho de 2006 deve ser formalizado o processo de licenciamento ambiental incluindo a apresentação de estudos de alternativas locacionais, conforme inciso I, do artigo 5º, da Resolução CONAMA 01, de 23 de janeiro de 1986.

III - até dezembro de 2006 deve ser formalizada a solicitação de licença de Instalação.

IV - até julho de 2007 deve ser formalizado o pedido de Licença de Operação.

Parágrafo único - Para os processos de licenciamento em tramitação, não se aplica esta Resolução, devendo, entretanto, ser observados os prazos previstos neste artigo para as fases seguintes.

Art. 2º - Ficam todos os municípios do Estado de Sergipe, no prazo máximo de um ano, contado a partir da data da publicação desta Resolução, obrigados a minimizar os impactos ambientais nas áreas de disposição final do lixo, devendo implementar os seguintes requisitos mínimos, até que sejam implantados, através de respectivo licenciamento, sistemas adequados de disposição final de lixo urbano.

I - disposição em local com solo e ou rochas de baixa permeabilidade, com declividade inferior a 30%, boas condições de acesso, mesmo no período de chuvas, distância maior que 300m em relação a recursos hídricos superficiais (nascentes, rios, lagoas, etc), inexistência de aglomerados populacionais (sede municipal, povoados) a menos de 1Km, inexistência de evidência de lençol freático superficial na gleba e fora de margens de estradas e rodovias.

II - sistema de drenagem pluvial em todo o terreno de modo a minimizar o ingresso das águas de chuvas na massa de lixo aterrado.

III - compactação e recobrimento do lixo com argila ou entulho, no mínimo, três vezes por semana.

IV - isolamento com cerca.

V - indicação de responsável técnico pela implementação e supervisão das condições de operação do aterro, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica.

Art. 3º - Para fins de otimização do uso de áreas e redução dos custos de implantação e operação dos sistemas de disposição final de resíduos sólidos, as Prefeituras Municipais deverão dar prioridade à implementação de tais sistemas por meio da constituição de consórcios intermunicipais.

Art. 4º - Fica vedada a instalação de sistemas de disposição final de resíduos sólidos em bacias hidrográficas cujas águas sejam classificadas na classe especial e na classe I da Resolução CONAMA Nº 358/2005.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Aracaju, 05 de outubro de 2005.

Marília Carvalho Mandarino
Vice-Governadora do Estado
Presidente do Conselho

DO
CONSELHO ESTADUAL
DO
MEIO AMBIENTE
2006

Setembro/2005
Aracaju - Sergipe